



**NIEP
MARX**

Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
Considerações sobre a tradição de crítica ativa do materialismo histórico e suas contribuições para a historiografia do movimento operário no Brasil hoje			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Kaio César Goulart Alves	Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	Mestrando
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
Pretende-se nesse texto analisar alguns conceitos do materialismo histórico voltados para os estudos do movimento operário, especialmente o par classes sociais e luta de classes. Em seguida, apresentamos alguns dados de nossa pesquisa, em andamento, acerca dos movimentos contra a carestia de vida, conduzidos por trabalhadores urbanos na cidade do Rio de Janeiro nos anos de 1913 e 1917. Nossa intenção é demonstrar como o debate conceitual em torno das classes sociais e da luta de classes, desenvolvido pela tradição crítica do materialismo histórico, influencia nosso estudo.			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Materialismo histórico; movimento operário; lutas contra a carestia			
ABSTRACT			
It is intended that text to analyze some concepts of historical materialism focused on studies of the labor movement, especially the pair social classes and class struggle. Then, we present some data from our ongoing research, about the movements against the cost of living, driven by urban workers in the city of Rio de Janeiro in the years 1913 and 1917. Our intention is to demonstrate how the conceptual debate around the social classes and class struggle, developed by the critical tradition of historical materialism, influences our study.			
KEYWORDS			
Historical materialism, labor movement, struggles against the cost of living			
EIXO TEMÁTICO			
Historicidade no e do pensamento de Marx			

Ao longo do século XX, duas abordagens, que também poderíamos nomear de tradições, buscaram dar continuidade ao legado do pensamento revolucionário de Karl Marx e Friedrich Engels. O marxismo-leninismo, formulado por Stálin e seus seguidores, e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico. Essas duas abordagens são irreconciliáveis para o historiador Edward Thompson, sendo a primeira de matriz estruturalista e idealista, e a segunda de razão ativa e crítica aberta.¹ A herança de Marx, de sua concepção materialista da história, segundo o filósofo Leandro Konder, está expressa na segunda tradição, sobretudo, nas reflexões mais complexas de György Lukács, Antonio Gramsci, Walter Benjamin e Theodor Adorno². Particularmente, é sobre o debate conceitual, desenvolvido no âmbito da tradição de crítica ativa, em torno do par classes sociais e luta de classes que o presente texto pretende discorrer. Somente ao final apresentamos alguns dados de nossa pesquisa de mestrado,³ para demonstrarmos como esse debate tem nos influenciado.

Classes sociais e luta de classes na tradição crítica do materialismo histórico

O processo de formulação dos conceitos de classe social e de luta de classes na perspectiva materialista histórica esteve profundamente relacionado à expansão das propostas socialistas na Europa a partir das décadas de 1830 e 1840. A participação de Marx e Engels no movimento operário europeu dessa conjuntura, seu contato com as sociedades secretas comunistas de Paris, com a Liga dos Justos, com o cartismo inglês, e, finalmente, com as revoltas dos tecelões silesianos em 1844 deve ser avaliada com cuidado para que tenhamos a devida compreensão do significado histórico e político desses conceitos.⁴

No *18 Brumário*, obra nitidamente historiográfica, Marx analisou a dinâmica da luta de classes, que envolveu o proletariado, o lumpen-proletariado, os camponeses, proprietários fundiários, a burguesia, a pequena burguesia e a Igreja num processo histórico que culminou, a partir de alianças e conflitos (muito independentes das disputas parlamentares), no golpe de Estado

¹ MATTOS, Marcelo Badaró. **E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012, p. 35.

² KONDER, Leandro. **Em torno de Marx**. São Paulo: Boitempo, 2010.

³ Investigação desenvolvida sob o título “Trabalhadores contra a *carestia de vida*: um estudo dos movimentos sociais de 1913 e 1917 na cidade do Rio de Janeiro”, em andamento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (PPGHIS-UFOP).

⁴ MATTOS, Marcelo Badaró. **Classes sociais e luta de classes**: a atualidade de um debate conceitual. Revista em Pauta, Rio de Janeiro, Número 20, p. 33-55, 2007, p. 33-34.

que conduziu Luís Napoleão, um “aventureiro” a serviço da burguesia, ao poder executivo da França. A luta de classes, portanto, possibilitou o *coup d'Etat*.⁵

A conjuntura entre 1848 e 1852 na França caracterizou-se por uma tentativa de aliança entre Luís Napoleão, setores do proletariado, do lumpem-proletariado, dos camponeses, da burguesia e da pequena burguesia. Durante a revolução, o “aventureiro” expulsou a pequena burguesia dessa aliança, e substituiu o proletariado pelo lumpem-proletariado, transformando esse último em parte de seu exército, sua tropa de choque. Esse movimento político, em que a burguesia constrói alianças com as classes sociais tendo vista a tomada do poder, é a forma clássica do *bonapartismo*, ou o golpe de estado da burguesia, que sendo incapaz de dirigir o processo revolucionário delega o controle da revolução ao aparato militar e a uma personalidade, a um líder. O Estado, por sua vez, torna-se relativamente autônomo e sua principal função é assegurar os interesses econômicos da burguesia.

Unicamente sob o segundo Bonaparte o Estado parece tornar-se completamente autônomo. A máquina do Estado consolidou a tal ponto a sua posição em face da sociedade civil que lhe basta ter à frente o chefe da Sociedade de 10 de Dezembro, um aventureiro surgido de fora, glorificado por uma soldadesca embriagada, comprada com aguardente e salsichas e que deve ser constantemente recheada de salsichas. Daí o pusilânime desalento, o sentimento de terrível humilhação e degradação que oprime a França e lhe corta a respiração. A França se sente desonrada.⁶

Com uma escrita moderna, Marx tratou da sociabilidade política burguesa, sem perder de vista suas relações com o campesinato e o proletariado de Paris. Os limites das lutas do movimento operário internacional pela construção do socialismo não passaram despercebidos por ele. Para o pensador alemão, a maturidade política dos trabalhadores naquela quadra era insuficiente. As derrotas políticas acumuladas apontavam para isso. No tocante aos camponeses, havia, em virtude da “reforma agrária” promovida por Napoleão Bonaparte, uma representação positiva em relação ao candidato a presidente, que era sobrinho de Bonaparte.⁷ De certa maneira, os pequenos camponeses acreditavam que Luís Napoleão restituiria seus privilégios perdidos no decorrer da primeira metade do século XIX.⁸

⁵ MARX, Karl. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

⁶ *Ibidem*, p. 126.

⁷ *Ibidem*, p. 126.

⁸ *Ibidem*, p. 128-129.

Para Marx e Engels, o proletariado do século XIX representava uma nova força política, possivelmente protagonista nas lutas pela emancipação das classes subalternas. As classes sociais, para ambos, estavam relacionadas ao processo de divisão social do trabalho, e, portanto, como um fenômeno social, elas se constituíam em oposição aos interesses de outras classes.⁹ No entanto, a tomada de consciência dos trabalhadores de sua situação social, bem como da necessidade de sua organização coletiva em termos classistas não era algo pré-determinado. Através das expressões “classe em si” e “classe para si” Marx destacou, em *A Miséria da Filosofia*, como ele pensou inicialmente sobre as formas de consciência coletiva da classe trabalhadora.

As condições econômicas transformam primeiro a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa é, portanto, já uma classe no que se opõe ao capital, mas não é ainda uma classe para si. Na luta, da qual nós destacamos apenas poucas fases, essa massa se unifica, e se constitui como uma classe para si. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta de classe contra classe é uma luta política.¹⁰

Segundo Marx, a luta política se daria quando os trabalhadores reivindicassem suas demandas a partir de uma perspectiva de classe, que busque a conquista, por exemplo, da jornada de oito horas diárias de trabalho para todos os trabalhadores, através, por exemplo, de uma lei, um instrumento que garanta a partir do Estado o reconhecimento geral de suas reivindicações. Isso seria diferente de um protesto direcionado ao patronato com o intuito de negociar a redução da jornada de trabalho, que seria, portanto, um exemplo de luta econômica, de alcance restrito. Trata-se, portanto, de tipos de luta social que envolvem formas de consciência coletiva da classe trabalhadora. De modo mais preciso:

O movimento político da classe operária tem como objetivo último, é claro, a conquista do poder político para a classe operária e para este fim é necessário, naturalmente, que a organização prévia da classe operária, elaborada na prática da luta econômica, haja alcançado certo grau de desenvolvimento. Por outro lado, todo movimento em que a classe operária atua como classe contra as classes dominantes e trata de forçá-las ‘pressionando do exterior’ é um movimento político. Por exemplo, a tentativa de obrigar, através das greves, os capitalistas isolados à redução da jornada de trabalho em determinada fábrica ou ramo da indústria é um movimento puramente econômico; pelo contrário, o movimento visando a obrigar que se decreta a lei da jornada de oito horas etc. é um movimento político. Assim, pois, dos movimentos dos operários separados por motivos econômicos, nasce em todas as partes um movimento político, ou seja, um movimento de classe, cujo alvo é que se dê satisfação a seus interesses em forma geral, isto é, em forma que seja compulsória para toda a sociedade. Se bem que é

⁹ MATTOS, Marcelo Badaró. **Classes sociais...** *Op. cit.*, p. 35.

¹⁰ MARX, Karl. **A Miséria da Filosofia** *apud*. BADARÓ, Marcelo. **Classes sociais...** *Op. cit.*, p. 36.

certo que estes movimentos pressupõem certa organização prévia, não é menos certo que representam um meio para desenvolver esta organização.¹¹

Encontra-se no *18 Brumário* a análise de dois momentos no processo de constituição dos pequenos camponeses da França como uma classe social. Em virtude da ausência de relações sociais entre si, dialeticamente eles formavam e não formavam uma classe. E, de fato, o apoio expressivo do campesinato em 1848 a Luís Napoleão foi mais um aspecto inserido por Marx nesse processo de análise da consciência coletiva dos camponeses.¹²

Nesse sentido, a natureza de classe do Estado capitalista não pode ser devidamente entendida sem a análise da luta de classes. A imaturidade política do proletariado, que impunha limites às suas tentativas de tomar o poder, bem como a crença dos camponeses “no milagre de que um homem chamado Napoleão restituiria a eles toda a glória passada”¹³ são elementos fundamentais da conjuntura do *18 Brumário*. A burguesia, que tem no Estado um espaço de reprodução das condições de sua dominação social, teve a seu favor a consciência tradicional dos camponeses, que eram uma classe no sentido em que compartilhavam situações de exploração e modos de vida, e não era uma classe na medida em que os camponeses não tinham nenhum tipo relações sociais entre si, que pudessem criar entre eles uma identidade de interesses em comum, que fosse direcionada para movimentos de contestação. Ao contrário, eles tinham uma “ideia fixa” sobre os possíveis méritos de um presidente de nome Napoleão.

Elementos da obra do filósofo marxista Antonio Gramsci devem ser lembrados nesse momento. Como observou Carlos Nelson Coutinho, a nova teoria do Estado e da revolução elaborada por Gramsci é sua maior contribuição ao desenvolvimento da teoria social histórico-materialista.¹⁴ A noção de crise de hegemonia, por exemplo, tem devida operacionalidade para a melhor compreensão do fenômeno histórico do *bonapartismo*. Ela ocorre

[...] Ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto

¹¹ MARX, Karl. s.d *apud*. BADARÓ, Marcelo. **Classes sociais...** *Op. cit.*, p. 37.

¹² MARX, Karl. **O 18 Brumário...** *Op. cit.*, p. 127-128-135.

¹³ *Ibidem*, p. 128.

¹⁴ COUTINHO, Carlos Nelson. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 20.

desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de ‘crise de autoridade’: e isso é precisamente crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto.¹⁵

De acordo com o historiador Marcelo Badaró Mattos, Gramsci contribuiu de modo preciso para o desenvolvimento das ideias de Marx e Engels ao longo do século XX, inclusive no tema mais específico das classes sociais e da luta de classes.¹⁶ De tal modo, o conceito de hegemonia em Gramsci, que diz respeito à “*direção* político ideológica fundada no *consenso*, enquanto diversa (mas complementar) da dominação fundada na *coerção*,”¹⁷ tem relação direta com a classes sociais, uma vez que o exercício da hegemonia é de classe. Notamos que a metodologia de Gramsci ao formulador seus conceitos é histórica, e tem referência na dialética marxiana, como na relação entre o uso da força e do consenso que constitui a essência do fenômeno histórico do exercício da hegemonia. Sendo assim:

O exercício ‘normal’ da hegemonia, terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações -, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. Entre o consenso e a força, situa-se a corrupção-fraude (que é característica de certas situações de difícil exercício da função hegemônica, apresentando o emprego da força excessivos perigos), isto é, o enfraquecimento e a paralisação do antagonista através da absorção de seus dirigentes, seja veladamente, seja abertamente (em casos de perigo iminente), como o objetivo de lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias.¹⁸

É a partir do conceito de hegemonia que Gramsci formulou sua discussão sobre a correlação de forças. Segundo o autor, “é o problema das relações entre estrutura e superestrutura que deve ser posto com exatidão e resolvido para que se possa chegar a uma análise das forças que atuam na história de um determinado período e determinar a relação entre elas”. De tal maneira, “na relação de força, é necessário distinguir diversos momentos ou graus”.¹⁹ A correlação de forças teria dois momentos: um primeiro social, mais ligado às estruturas e independente das vontades humanas, e, um segundo político, nitidamente de classe.²⁰ Sobre a segunda correlação de forças:

¹⁵ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 3**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 60.

¹⁶ MATTOS, Marcelo Badaró. **Classes sociais...** *Op. cit.*, p. 43.

¹⁷ COUTINHO, Carlos Nelson. **O leitor de Gramsci...** *Op. cit.*, p. 19.

¹⁸ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere...** *Op. cit.*, p. 95.

¹⁹ COUTINHO, Carlos Nelson. **O leitor de Gramsci...** *Op. cit.*, p. 249, 252.

²⁰ MATTOS, Marcelo Badaró. **Classes sociais...** *Op. cit.*, p. 43.

O momento seguinte é a relação das forças políticas, ou seja, a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais. Este momento, por sua vez, pode ser analisado e diferenciado em vários graus, que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva, tal como se manifestaram na história até agora. O primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo: um comerciante sente que *deve* ser solidário com outro comerciante, um fabricante com outro fabricante etc., mas o comerciante não se sente ainda solidário com o fabricante; isto é, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momento é aquele em que atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Já se põe nesse momento a questão do Estado, mas apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes, já que se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las, de reforma-las, mas nos quadros fundamentais existentes. Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas [...].²¹

A partir dessas definições encontramos o equivalente gramsciano da “classe em si e classe para si” de Marx. O que Marx definiu ser uma forma de consciência econômica, marcada por interesses estritamente derivados da situação social de exploração dos trabalhadores (classe em si), Gramsci definiu, no âmbito da correlação de forças políticas, como a consciência “econômico-corporativa”. A “classe para si”, que seria a perspectiva de classe fundamental para a luta política dos trabalhadores, foi analisada por Gramsci como o momento em que a classe operária se eleva numa dimensão “ético-política”, que seria universal. Esse momento caracteriza-se pela consciência dos trabalhadores de que sua situação de classe explorada é a situação também de todas as classes subalternas, e que a luta pela emancipação da classe operária deveria ser a luta pela libertação de todas as classes subalternizadas.

Percebemos, assim, que Gramsci desenvolveu o debate das classes sociais e da luta de classes no âmbito da tradição crítica do materialismo histórico. Além disso, cabe lembrar que o filósofo sardo formulou um termo para explicar a passagem da consciência estritamente econômica para a consciência marcadamente política: o conceito de “catarse”. Através dele podemos compreender melhor o processo no qual a classe trabalhadora supera seus interesses meramente corporativos e se eleva na dimensão “ético-política”. Um momento em que ela deixa de ser um fenômeno simplesmente econômico para se converter em um sujeito consciente da história. A

²¹ COUTINHO, Carlos Nelson. **O leitor de Gramsci...** *Op. cit.*, p. 252-253.

“catarse”, para Gramsci, é resultante da própria ação dos homens enquanto sujeitos de sua própria história (em suas organizações e lutas), e não apenas uma resposta a pressões advindas, por exemplo, de uma vanguarda militante que diz aos trabalhadores o que deve ser feito. A definição desse termo é a seguinte:

Pode-se empregar a expressão ‘catarse’ para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do ‘objetivo ao subjetivo’ e da ‘necessidade à liberdade’. A estrutura, de força exterior que esmaga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas. A fixação do termo ‘catártico’ torna-se, assim, parece-me, o ponto de partida de toda a filosofia da práxis [...].²²

Nesse sentido, há mais dois aspectos acerca do amplo e criativo desenvolvimento do materialismo histórico operado por Gramsci. O primeiro é o seu entendimento, a partir do conceito de “bloco histórico”, das noções de base e superestrutura. Para Gramsci, a relação entre base e superestrutura não é pensada de modo rígido, como se uma instância determinasse, sem qualquer tipo de reciprocidade, os elementos que constituem a outra. Ao contrário, a partir da noção de “bloco histórico” esses dois conceitos são percebidos de maneira conjunta. Nesse sentido, segundo Carlos Nelson Coutinho, “Gramsci elabora um modo de articulação no qual as superestruturas ideológicas, longe de aparecer como simples reflexos passivos da base econômica, têm sua autonomia relativa grandemente ampliada”. Além disso, seria na “esfera político-ideológica, ou seja, no terreno das superestruturas, que se trava em última instância a batalha decisiva entre as classes sociais”.²³ Outro aspecto muito importante para os objetivos desse texto é a definição de Gramsci sobre o marxismo, definido por ele como a *filosofia da práxis*. Em outras palavras, como a teoria da história que destaca o papel da ação humana frente às determinações objetivas e às circunstâncias herdadas.²⁴ A preocupação de Gramsci com a questão dos sujeitos na história, sem esquecer o papel desempenhado pelas determinações históricas que são independentes da vontade dos seres humanos, é uma grande contribuição ao materialismo histórico. E, nesse sentido, sua concepção do marxismo como *filosofia da práxis* tem importantes continuidades na maneira como o historiador do trabalho E. P. Thompson desenvolveu sua compreensão sobre as classes sociais e a luta de classes.

²² *Ibidem*, p. 192.

²³ *Ibidem*, p. 21.

²⁴ *Ibidem*, p. 20-21.

Segundo Marcelo Badaró, em trabalhos como *A formação da classe operária inglesa* (1963) podemos perceber a ênfase dada por Thompson à dimensão cultural da classe trabalhadora, aos aspectos da vida comunitária dos trabalhadores “pré-industriais”. Em sua interpretação esse autor articulou as determinações materiais da experiência de classe – o lugar ocupado nas relações de produção –, com os elementos culturais que constituem as experiências dos sujeitos.²⁵ Devemos ressaltar que o interesse fundamental de Thompson ao analisar o processo histórico de formação da classe trabalhadora na Inglaterra entre 1780 e 1832 foi a dimensão da consciência de classe. Isso quer dizer que tinham devida importância em seu estudo as crenças, os sistemas de valores, as ideias e as formas institucionais dos trabalhadores.²⁶

Desse modo, na ocasião em que lembramos os cento e trinta anos da morte de Marx, também recordamos os cinquenta anos que se passaram desde a publicação de *A formação da classe operária inglesa*, trabalho que contribui enormemente para uma transformação positiva na maneira de estudar a história operária, a história dos trabalhadores e suas organizações. Em suma, desde Thompson a classe trabalhadora passou a ser analisada, por um expressivo número de pesquisadores, como um fenômeno histórico, como algo “que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas”.²⁷ Precisamente, para Thompson, a classe é uma relação histórica, que precisa estar sempre “encarnada em pessoas e contextos reais”. De tal modo, vale a pena reproduzir um trecho muito conhecido pelos estudiosos dos mundos do trabalho, e que, certamente, diz mais que qualquer descrição que tenhamos feito até o momento sobre a concepção da classe como um fenômeno histórico:

A classe acontece quando alguns homens, como resultados das experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma *lógica* nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar uma *lei*. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma.²⁸

²⁵ MATTOS, Marcelo Badaró. *Classes sociais... Op. cit.*, p. 45.

²⁶ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

²⁷ *Ibidem*, p. 9.

²⁸ *Ibidem*, p. 10.

Essa definição da classe social como um fenômeno histórico foi construída nas intervenções de Thompson no debate político de sua época (especialmente nas décadas de 1950 e 1960).²⁹ Foi o que também ocorreu com a noção de *agency*, comumente traduzida no português como agência humana. Essa noção foi o princípio que norteou sua crítica ao stalinismo.³⁰ Sem dúvida, foi o conceito de experiência formulado por Thompson que atingiu diretamente as análises históricas que perdiam de vista o papel dos sujeitos na história. No caso da história operária, muitas vezes a classe trabalhadora foi vista como o resultado da equação energia a vapor mais sistema industrial. O que esse historiador fez foi exatamente provar o contrário. Através da noção de experiência, ele estabeleceu um nexo entre o modo de produção e a consciência.³¹ Nesse sentido, Thompson participou de debates com a tradição marxista de viés idealista de sua época, especialmente com as interpretações do filósofo Louis Althusser. Em suma:

O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: ‘experiência humana’. É esse, exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, com o nome de ‘empirismo’. Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, ‘relativamente autônomas’) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.³²

A experiência, que diz respeito à resposta mental e emocional que todo ser humano é capaz de produzir nas relações sociais,³³ era exatamente o que faltava aos estudos de história operária, que se esqueciam da classe e preocupavam-se mais com os dirigentes dos partidos, sindicatos, suas respectivas ideologias, e até com o interesse de contar uma história fictícia de vitórias de um movimento operário que não era heroico. Muitas vezes buscou-se nomear de revolucionário o que de fato era colaboracionista ou reformista. Através da noção de experiência, que nos demonstra como cada ser humano desenvolve respostas e atitudes, inclusive na sua consciência e sua cultura frente às determinações históricas, os estudos do trabalho passaram a encarar a classe trabalhadora pelo o que de fato ela era.

²⁹ MATTOS, Marcelo Badaró. **E. P. Thompson e a tradição...** *Op. cit.*, p. 22.

³⁰ *Ibidem*, p. 28.

³¹ *Ibidem*, p. 85.

³² THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.** Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981, p. 182.

³³ *Ibidem*, p. 15-16.

Tendo em vista esse debate, o conceito de luta de classes nos trabalhos de Thompson também possui uma dimensão central. Para o autor, há uma indissolubilidade na relação entre os conceitos de classe social e luta de classes.³⁴ Entre ambos, seria o conceito de luta de classes o prioritário, uma vez que ele é evidentemente histórico, pois implica um processo.³⁵ Em suma:

[...] As classes não existem como entidades separadas que olham ao seu redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio das relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os que as exploram), identificam os nós dos interesses antagônicos, se batem em torno desses mesmos nós e no curso de tal processo de luta descobrem a si mesmas como uma classe, vindo pois a fazer a descoberta de sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. Mas se adotamos uma concepção estática da categoria de classe, ou se fazemos descender esse nosso conceito de um modelo teórico preliminar de totalidade estrutural, não procederemos assim pois estaremos subentendendo que a classe está presente desde o início como resultado de relações de produção, *daí* a luta de classes.³⁶

De maneira a articular as relações de produção com as normas, sistemas de valores e ideias – que lembra a tentativa de entender base e superestrutura de modo conjunto feita por Gramsci, Thompson utiliza o conceito de modo de produção para unificar esses elementos. A noção de determinação do ser social sobre a consciência social é então reorganizada. A consciência social é vista por Thompson como uma “organização cognitiva da vida correspondente ao modo de produção e as formas de classe historicamente transcorridas”.³⁷ Além disso, como lembra Marcelo Badaró, em *A formação da classe operária inglesa* Thompson desenvolveu uma reflexão acerca da consciência de classe dos trabalhadores ingleses que remetia, de algum modo, às maneiras como Marx e Gramsci haviam pensado sobre as possíveis formas de consciência de classe do operariado.³⁸ De acordo com Thompson:

A nova consciência de classe dos trabalhadores pode ser vista de dois aspectos. De um lado, havia uma consciência da identidade de interesses entre os trabalhadores das mais diversas profissões e níveis de realização, encarnada em muitas formas institucionais e expressa, numa escala sem precedentes, no sindicalismo geral de 1830-1834. Essa consciência e essas instituições só se encontrariam em forma fragmentária na Inglaterra de 1780. Por outro lado, havia uma consciência da identidade dos interesses da classe operária, ou ‘classes produtivas’, enquanto contrários aos de outras classes; dentro dela, vinha amadurecendo a reivindicação

³⁴ *Ibidem*, p. 88.

³⁵ THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 274.

³⁶ *Ibidem*, p. 274.

³⁷ MATTOS, Marcelo Badaró. **Classes sociais...** *Op. cit.*, p. 47

³⁸ MATTOS, Marcelo Badaró. **E. P. Thompson e a tradição...** *Op. cit.*, p. 90-91.

de um sistema alternativo. Mas a definição final dessa consciência de classe era consequência, em grande parte, da reação da classe média à força operária. A linha foi traçada, com extremo cuidado, nas habilitações do direito de voto de 1832.³⁹

Sendo assim, “tais proximidades entre as definições de Gramsci e de Thompson podem ser explicadas pela referência comum às discussões de Marx e Engels sobre as classes sociais”.⁴⁰ Dito isso, compreendemos que a análise de Marx sobre as situações históricas dos operários como “classe em si” e “classe para si”, bem como a dimensão dialética de ser e não ser uma classe social vivenciada pelos pequenos camponeses na França, e as fases da correlação de forças, que correspondiam a formas de consciência coletiva como a “econômico-corporativa” e a “ético-política” formuladas por Gramsci, são noções que têm continuidade de algum modo nas conclusões de Thompson sobre a consciência de classe do operariado inglês entre 1780 e 1832. Finalmente, é preciso destacar que a interpretação de Thompson demonstrou que a classe social naquela conjuntura foi uma “autorreferência para os trabalhadores e não apenas um instrumento de análise conceitual”.⁴¹

Essas considerações pontuais sobre as maneiras como Marx, Gramsci e Thompson utilizaram os conceitos de classe social e luta de classes nos demonstram como a tradição crítica do materialismo histórico possui noções e métodos que são compartilhados, e, estão disponíveis para o melhor entendimento dos mundos do trabalho. A história dos trabalhadores e suas organizações certamente pode ainda ser escrita a partir dos conceitos de classe social e luta de classes, além de outros, como hegemonia, correlação de forças, catarse, experiência, desenvolvidos pelo o que há de melhor na tradição de razão ativa ao longo do século passado.

Trabalhadores contra a carestia de vida: possibilidades de análise a partir dos referenciais da tradição crítica do materialismo histórico

A pesquisa do movimento operário sem dúvida pode ainda ser desenvolvida a partir do uso dos conceitos de classe social e luta de classes, especialmente se temos o interesse de compreender a ação classista que envolve determinado tipo de enfrentamento dos trabalhadores. Esse par

³⁹ THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa** apud. MATTOS, Marcelo Badaró. **E. P. Thompson e a tradição...** *Op. cit.*, p. 90.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 91.

⁴¹ *Ibidem*, p. 90.

conceitual é fundamental para a pesquisa no período que cobre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, comumente definido como o momento de formação da classe trabalhadora no Brasil.⁴² De acordo com o historiador Claudio Batalha,

Os momentos de mobilização em várias cidades brasileiras, como as greves de 1902-1903, 1906-1907, 1917-1919 ou o movimento contra a carestia de vida de 1913, apontam para uma outra questão: a de que esses momentos ímpares da ação coletiva envolviam muito mais gente do que o número restrito de trabalhadores – sobretudo qualificados – pertencentes às sociedades operárias. São nesses processos que a classe como uma realidade histórica aparece, na medida em que os interesses coletivos se sobrepõem aos interesses individuais e corporativos. É então que podemos falar de formação da classe operária, não como o resultado mecânico da existência da indústria ou da abolição da escravidão, mas como um processo conflituoso, marcado por avanços e recuos, pelo fazer-se e desfazer-se da classe, que surge na organização, na ação coletiva, em toda a manifestação que afirma seu caráter de classe.⁴³

Tendo em vista essas considerações, passamos a exposição da pesquisa que desenvolvemos no momento, que tem como objeto o movimento contra a carestia de vida de 1913, caracterizado por manifestações sociais de trabalhadores urbanos e militantes de organizações operárias, que protestaram contra o aumento do custo de vida no distrito federal.

Podemos dizer que a conjuntura econômica da cidade do Rio de Janeiro no ano de 1913 foi caracterizada por surtos de aumento do custo de vida dos trabalhadores urbanos. A historiadora Eulália Lobo ressalta, nesse sentido, num quadro de análise do índice do custo de vida na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1820 a 1930, um aumento expressivo do custo de vida dos operários, concentrado na década de 1910.⁴⁴ Em decorrência de uma crise comercial iniciada em 1913, e acarretada pelo conflito mundial iniciado em 1914 os preços dos alimentos sofreram alta.⁴⁵ Sucessivamente, os salários dos operários baixaram na conjuntura de 1913 a 1916, o que acarretou uma queda substancial de seu poder aquisitivo.⁴⁶ De tal modo, em 1912 o mercado externo brasileiro, favorável em decorrência da exportação do café, passou por uma crise que se alargou em 1913 pelo declínio dos preços dos principais produtos exportados, e também pela redução das

⁴² Sobre o processo de formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro Cf. MATTOS, Marcelo Badaró. **Experiências comuns: escravizados e livres na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

⁴³ BATALHA, Cláudio H. M. **Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva**. In: FERREIRA, Jorge (org.). O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à revolução de 30. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 173.

⁴⁴ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro** (do capital comercial ao industrial e financeiro). Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, p. 236.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 521.

⁴⁶ *Ibidem*.

importações.⁴⁷ A Primeira Guerra Mundial viria a acentuar os problemas de abastecimento do Rio de Janeiro, em decorrência da diminuição do número de artigos importados, situação que propiciou o aumento do custo de vida.⁴⁸

Nesse contexto econômico, manifestações sociais operárias pressionaram o Estado e o patronato a rever aspectos que tinham relação direta com as condições de vida dos trabalhadores urbanos. Mais precisamente, a conjuntura de 1913 a 1917 foi marcada pela carestia de vida, que compreendia, com destaque, o seguinte: 1) os baixos salários pagos aos operários cariocas de um modo geral; 2) a “crise de moradia”, que impulsionou os trabalhadores residentes nos cortiços destruídos a buscarem residência nos subúrbios, favelas, e em habitações de aluguéis muito caros, além das vilas operárias com rígida disciplina imposta pelos proprietários das fábricas;⁴⁹ 3) a carestia dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, relacionada à formação de *trusts*, que monopolizavam o mercado de alimentos, uma vez que quase não havia concorrência externa.

Em um texto publicado no jornal *Correio da Manhã* sob o título “Movimento operário – a carestia dos gêneros de primeira necessidade torna quase impossível a vida do proletariado”, o advogado socialista Caio Monteiro de Barros⁵⁰ convocou os trabalhadores urbanos do distrito federal para irem às ruas. Ele observou que “é necessário, imprescindível, urgente, uma reação por parte das classes consumidoras, dos proletários, contra a carestia da vida que os assoberba, ameaçando de matá-los de fome”.⁵¹ Nesse sentido, a título de exemplo e de finalização do presente texto, analisamos a seguir um comício público de protesto contra a carestia.

16 de março de 1913 foi uma data marcante para o movimento operário carioca, e talvez para o brasileiro. Nesse dia foram promovidas, em algumas capitais e cidades do Brasil, manifestações simultâneas contra o encarecimento da vida. No distrito federal, foi a Confederação Operária Brasileira (COB)⁵² e a Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ)⁵³ que organizaram o

⁴⁷ LOBO, Eulália; CARVALHO, Lia; STANLEY, Myrian. **Questão habitacional e o movimento operário**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1989, p. 104.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 108.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 91-92.

⁵⁰ Cf. BATALHA, Claudio (org.). **Dicionário do movimento operário**: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 32-33.

⁵¹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18/02/1913, p. 2.

⁵² Foi uma central sindical, de orientação sindicalista revolucionária, fundada em 1908. Atuou até o ano de 1915. Em 1913 seu secretário geral foi o tipógrafo anarquista Rozendo dos Santos. BATALHA, Claudio (org.). **Dicionário do movimento operário...** *Op. cit.*, p. 218.

⁵³ Era uma federação sindical local, fundada em 1906, que tinha orientação sindicalista revolucionária. Em 1913 seu secretário geral era o sapateiro anarquista José Elias da Silva, que também foi um dos nove fundadores do Partido Comunista do Brasil, em 1922. *Ibidem*, p. 224.

protesto, apelidado de “comício monstro”.⁵⁴ No Largo de São Francisco de Paula cinco mil pessoas⁵⁵ acompanharam a manifestação de repúdio à carestia de vida.

O boletim da COB e da FORJ, que convocava toda a população da cidade do Rio de Janeiro para participar do maior comício contra a carestia já promovido até aquele momento dizia o seguinte:

Para reafirmarmos as reclamações populares contra a carestia da vida e as bases de ação com as quais melhor alcançaremos a vitória, convidamos o povo em geral a comparecer ao comício monstro que se realizará no domingo, 16 do corrente, às 4 horas da tarde, no Largo de São Francisco de Paula. Toda população sofredora deve concorrer a esta grande manifestação, de caráter nacional, pois, nela se farão representar quase todas as sociedades operárias do Brasil. **TODOS AO COMÍCIO!!**

Confederação Operária do Brasil

*Federação Operária do Rio de Janeiro*⁵⁶

Foram oradores nesse comício o tipógrafo anarquista Cecílio Villar,⁵⁷ o secretário geral da COB Rozendo dos Santos,⁵⁸ o operário Candido Costa,⁵⁹ o tipógrafo e ator Ulysses Martins⁶⁰ e o operário Eustáquio Silva.⁶¹ Diante da escadaria da Escola Politécnica estavam presentes, algumas com seus estandartes, as seguintes organizações: Confederação Brasileira do Trabalho,⁶² Sociedade Operária de Franca, Movimento Operário de Sorocaba, União dos Alfaiates,⁶³ Sindicato dos Estucadores e Pedreiros,⁶⁴ Sindicato Operário de Ofícios Vários,⁶⁵ Centro dos Marmoristas, Centro dos Sapateiros, Sindicato dos Trabalhadores em Pedreiras, Federação Operária de Santos,

⁵⁴ *A Época*. Rio de Janeiro, 17/03/1913, p. 2

⁵⁵ *A Época*. Rio de Janeiro, 17/02/1913, p. 2. Há registros, que ainda serão avaliados por nós, que falam da presença de dez mil pessoas nesse comício.

⁵⁶ *A Época*. Rio de Janeiro, 15/03/1913, p. 3.

⁵⁷ Cf. BATALHA, Claudio (org.). **Dicionário do movimento operário...** *Op. cit.*, p. 99-100.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 149-150.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 48-49.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 100-101.

⁶¹ Cf. PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael. **A classe operária no Brasil: documentos (1889 a 1930)**. Vol. I. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1979, p. 183.

⁶² A Confederação Brasileira do Trabalho (CBT) foi uma central sindical e um partido político, fundada em 1912. Ao mesmo tempo tinha associações sindicais confederadas e lançava candidatos às eleições. Manteve relações próximas com setores do governo Hermes da Fonseca. Cf. BATALHA, Claudio (org.). **Dicionário do movimento operário...** *Op. cit.*, p. 217.

⁶³ Fundada em 1909, a União dos Alfaiates, órgão de natureza sindical, foi filiada à Federação Operária do Rio de Janeiro e a Confederação Operária Brasileira. Participou do 2º Congresso Operário Brasileiro. *Ibidem*, p. 265.

⁶⁴ O Sindicato dos Estucadores foi fundado em 1912, na cidade do Rio de Janeiro. Sua natureza era sindical. *Ibidem*, p. 237.

⁶⁵ De natureza sindical, o Sindicato Operário de Ofícios Vários foi filiado à Confederação Operária Brasileira. Participou do 2º Congresso Operário Brasileiro. *Ibidem*, p. 243-244.

Federação Operária do Rio Grande do Sul, União Gráfica de São Paulo, União Geral dos Pintores, União dos Estivadores do Rio Grande do Sul, Círculo Operário Fluminense, Sociedade Brasileira Irmãos Artistas de Juiz de Fora.⁶⁶

Pudemos identificar presentes nessa manifestação organizações dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A CBT, um partido político, esteve ao lado de federações sindicalistas revolucionárias, como a Federação Operária de Santos, a FORJ e a Federação Operária do Rio Grande do Sul,⁶⁷ além, é claro, dos sindicatos supracitados que também tinham orientação sindicalista revolucionária.

Ao alto era possível visualizar estandartes com os dizeres: “Querem é poder! Salve o 1^o de Maio!”, “Abaixo aos Trusts!”, “Morra a Carestia da Vida” e “A Voz do Trabalhador Contra a Carestia da Vida”.⁶⁸ Antes de o primeiro orador tomar a palavra, o delegado Fructuoso Aragão dirigiu-se aos presentes e declarou que o governo garantia a realização do *meeting*, e que a polícia não tinha a intenção de “perturbar” o protesto. Foi o tipógrafo anarquista Cecílio Villar quem falou primeiro, ele destacou que a “classe trabalhadora estava sob a exploração dos *trusts*”, e que o operariado deveria, o quanto antes, organizar-se nas associações de classe para combater a situação de miséria então vigente. Rozendo dos Santos, secretário geral da COB, falou da importância dos sindicatos para a conquista dos direitos dos trabalhadores, e convocou-os para associarem-se.⁶⁹ Logo em seguida, o socialista Ulysses Martins tomou a palavra e, de modo surpreendente, passou a hostilizar a imprensa que apoiava o movimento contra a carestia. Ele foi vaiado e deixou a escadaria, de onde falavam os oradores. Eustáquio Silva, representante da Fênix Caixeiral,⁷⁰ apoiou a luta dos trabalhadores contra a carestia. Terminados os discursos feitos pelos oradores, Villar convidou os populares para seguirem em passeata até a sede da FORJ. Lá o operário Candido Costa observou que o povo tinha fome e pedia pão. O *meeting* teve fim por volta das 7 horas da noite.⁷¹

Ocorreram sérios incidentes com a polícia nessa noite. Às 10 horas, na esquina da Avenida Passos com a Rua Marechal Floriano, soldados de polícia espancaram pessoas que haviam participado do comício. À redação do *Correio da Manhã* foram dar queixa os seguintes feridos:

⁶⁶ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 17/03/1913, p. 3.

⁶⁷ De acordo com Batalha, a partir de 1911 os “partidários da ação direta” assumiram a direção da Federação Operária do Rio Grande do Sul. BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. **O movimento operário...** *Op. cit.*, p. 34.

⁶⁸ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 17/03/1913, p. 3.

⁶⁹ *Ibidem*.

⁷⁰ A Fênix Caixeiral foi uma organização fundada em 1911, de natureza sindical. Ela foi filiada à Federação Operária do Rio de Janeiro e a Confederação Operária Brasileira. BATALHA, Claudio (org.). **Dicionário do movimento operário...** *Op. cit.*, p. 225.

⁷¹ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 17/03/1913, p. 3.

Armando da Fonseca, com um ferimento no queixo; Luis Fontes Braulio de Oliveira e Germando da Fonseca, com escoriações no corpo. Outros feridos, por serem estrangeiros, não tiveram seus nomes divulgados. Também foi agredido João Rodrigues de Sousa, na porta do botequim “Vista Alegre”.⁷²

Uma moção escrita pelo Comitê Contra a Carestia, formado por operários e militantes associados à FORJ, foi lida e aprovada por aclamação no “comício monstro”. Ela dizia o seguinte:

[...] O povo da Capital Federal e do interior do país representado pelas delegações de muitos Estados e localidades resolve reclamar para todo o país a abolição das tarifas alfandegárias, dos impostos internacionais; e para esta localidade e redução de [...] por cento sobre os impostos municipais que afetam os gêneros de primeira necessidade; 30 por cento de redução sobre os atuais aluguéis das casas ou habitações; a jornada de 8 horas para as classes que ainda não conquistaram, e o aumento de salário para todos os assalariados, tomando como base mínima de 7\$000 diários. Tendo em vista que os poderes constituídos como dirigentes ou pretendidos dirigentes do povo e da sociedade atual instituem, para todos os cidadãos a obrigação de conhecerem as leis do regime imperante e o espírito dessas mesmas leis, com mais motivo os dirigentes têm o dever de conhecer as necessidades dos cidadãos; e tendo também em vista o profundo desprezo com que os poderes têm recebido as mensagens populares, o povo resolve levar ao conhecimento de todos essas reclamações, fazendo delas a maior publicidade possível, pela imprensa, comícios, conferências, etc, declarando que desde este momento, decide lutar sem descanso até conseguir as suas reivindicações. *O Comitê.*⁷³

Esse registro nos permite entender que os trabalhadores de fato pagavam todos aqueles impostos sobre os gêneros de primeira necessidade – tarifas de importação, impostos interestaduais e municipais. Além disso, podemos relacionar o que disse essa moção com as condições de existência dos assalariados daquele período, ou seja, o trabalhador urbano se via numa situação caracterizada pela exploração, trabalhava durante jornadas de nove a treze horas, em condições insalubres, com elevado dispêndio de energia, e sem a contrapartida de uma boa alimentação, do descanso e de um salário que fosse suficiente para arcar com as despesas básicas da família operaria. A conjuntura de carestia de vida envolvia todos esses elementos degradantes.

A pauta de reivindicações dessa moção compreendia duas demandas principais, quais sejam, a abolição ou redução de todos os impostos que encareciam os gêneros alimentícios de primeira necessidade, e a conquista de direitos, como a jornada de trabalho de oito horas e o aumento de salários para todos os operários. Diante disso, podemos afirmar que em meio ao combate ao encarecimento da vida reivindicações propriamente sindicais eram discutidas nos comícios de

⁷² *Ibidem.*

⁷³ *A Época.* Rio de Janeiro, 17/03/1913, p. 2.

protesto. Finalmente, nos discursos dos oradores desse *meeting* foi recorrente a propaganda do sindicalismo, da necessidade de agremiação dos operários nos sindicatos de resistência.

O mais importante a se destacar, por conseguinte, é que as manifestações contra a carestia de vida, promovidas pela FORJ e a COB e pelo Comitê de Agitação Contra a Carestia de Vida, no primeiro semestre de 1913, haviam mobilizado novamente os trabalhadores urbanos para as ruas, através de comícios de protesto que contaram com a presença de duas mil, três mil, quatro mil e até cinco mil pessoas - mesmo considerando a intimidação e repressão policial, como ocorreu no “comício monstro”.⁷⁴

Conclusão

A análise que fizemos até o presente momento do movimento contra a carestia de vida de 1913 foi muito influenciada pela discussão apresentada nesse texto acerca do debate sobre as classes sociais e a luta de classes na tradição crítica do materialismo histórico. De tal modo, uma questão que temos analisado é a composição das forças sociais desse movimento, que parece ter sido caracterizada, em algumas manifestações, pela possibilidade de composição de uma frente única de combate à carestia de vida, entre socialistas e reformistas, agrupados no “Comitê de Agitação Contra a Carestia de vida”, e sindicalistas revolucionários e anarquistas envolvidos com a FORJ, a COB e associações filiadas a ambas.

Sendo assim, resta-nos dizer que o pensamento de Marx e Engels e da melhor tradição de razão ativa produzida ao longo do século XX (Gramsci, Thompson, Hobsbawm, além de outros) continua provocando nas novas gerações de estudiosos dos mundos do trabalho a necessidade de pensar a respeito da natureza de classe do Estado capitalista, do papel central da luta de classes na dinâmica da vida social, da classe social ser uma relação histórica “encarnada em pessoas e contextos reais”.⁷⁵ Além disso, a quem diga que o presente é uma motivação profunda do interesse pela história.⁷⁶ Ora, a mais recente tomada de consciência dos brasileiros (estudantes, trabalhadores, militantes de partidos, militantes de movimento sociais), que saíram às ruas depois de anos sem

⁷⁴ O ano de 1913 foi caracterizado pela retomada do movimento sindical e das manifestações operárias na cidade do Rio de Janeiro, especialmente, pela reativação da COB, pelos comícios contra a carestia, e pela realização do Segundo Congresso Operário Brasileiro, em setembro. Nesse ano ocorreram cinco greves. Entre 1913 e 1916 foram realizadas dezessete greves. Como exemplo, somente em 1917 foram promovidas treze greves, e, em 1918, vinte e nove greves. MATTOS, Marcelo Badaró (coord.). **Trabalhadores em greve, polícia em guarda**. Greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto: Faperj, 2004, p. 139.

⁷⁵ THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa...** *Op. cit.*, p. 9.

⁷⁶ HAUPT, Georges. **Por que a história do movimento operário?**. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol. 5, n 10, p. 208-231, março-agosto 1985, p. 216.

tomar às praças públicas em atos de protesto é só mais um elemento que demonstra como as lutas dos movimentos sociais populares, do movimento operário, são importantes para a conquista de melhores condições de vida e trabalho, ontem e hoje. E são determinantes, é claro, para a possibilidade de superação das formas de dominação social vigentes no capitalismo.